

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Contas de 2015 da Câmara do Porto – Persiste a falta de resposta a problemas estruturais da cidade

O relatório de gestão de 2015 da Câmara Municipal do Porto permite-nos fazer um balanço de metade do mandato da coligação Rui Moreira/CDS/PS, correspondendo à execução do segundo orçamento municipal que apresentou.

O relatório volta a confirmar que o modelo de desenvolvimento que norteia a coligação Rui Moreira/CDS/PS continua a manter a matriz «impressa» por Rui Rio e a anterior coligação PSD/CDS ao nível das principais opções estratégicas. Manteve-se o negócio imobiliário do Bairro do Aleixo e estendeu-se o negócio ao Bairro Rainha D. Leonor. Mantiveram-se as opções estratégicas relativas ao Pavilhão Rosa Mota. Avançou-se com a concessão a privados estacionamento na via pública e a manutenção do negócio ruinoso que foi e é a concessão da limpeza urbana, alargando-a agora a 100% da cidade e criando as condições para destruir esta competência ao nível dos serviços municipais. Ao mesmo tempo, apesar dos estudos e muitos anúncios de projetos e investimentos, os investimentos estratégicos que a cidade necessita continuam a estar adiados, vejamos os casos da requalificação dos bairros municipais, a reabilitação urbana estratégica como é o Mercado do Bolhão e a denominada prioridade Campanhã. A que se junta o adiamento para depois das próximas eleições da revisão do PDM. Como diz o ditado popular, existe muita parra, mas pouca uva.

Continuam-se a adiar investimentos necessários e incontornáveis, mantendo o dogma de gerar excedentes. Temos um município que continua do ponto de vista patrimonial a dar lucro (9,2 milhões de euros), quando as necessidades de desenvolvimento da cidade e a situação económica e social imporiam níveis de investimento elevado, o reforço dos serviços municipais e alívio da carga fiscal sobre os portuenses (que continua a um nível mais elevado que em 2012 ou 2013). A realidade é que havia margem para isso, não só tendo em conta o excedente das operações orçamentais registado de 49,2 milhões de euros (a que acresce mais 2,2 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria), uma margem de endividamento de 22,4 milhões de euros, os 15,2 milhões de euros de receita liquidada mas não cobrada, para além das possibilidades de poupança existentes no orçamento, nomeadamente ao nível da aquisição/externalização de serviços e o aproveitamento do reingresso de trabalhadores, oriundos das concessões da limpeza e da própria Fundação Porto Social.

O relatório de gestão de 2015, por outro lado, voltou a demonstrar as deficiências na elaboração do orçamento municipal, suas previsões e opções. Como já tivemos a possibilidade de afirmar, nos últimos anos, não só os orçamentos municipais recebem diversas modificações durante o ano, que alteram a sua estrutura de receitas e despesas (tendo se obtido o recorde de 8 modificações ao Orçamento de 2014, mas o de 2015 também registou 7 modificações), como depois estes acabam por não ser cabalmente executados, registando importantes desvios. Em 2015, as modificações orçamentais traduziram-se num aumento da despesa orçada superior em

18,9 milhões de euros, situando-se nos 210,6 milhões de euros, mas a taxa de execução foi uma das mais baixas dos últimos 6 anos, ou seja, de 78,7%. Isto significa um desvio orçamental de menos 44,8 milhões de euros. Num contexto, em que a taxa de execução da receita foi de 102,1%. Sendo a dimensão deste desvio orçamental ao nível do registado em 2014, a verdade é que a baixa execução e os desvios orçamentais têm sido uma tendência dos últimos anos, que também diz muito sobre o rigor orçamental (ou falta dele!), como se pode depreender do Quadro 1.

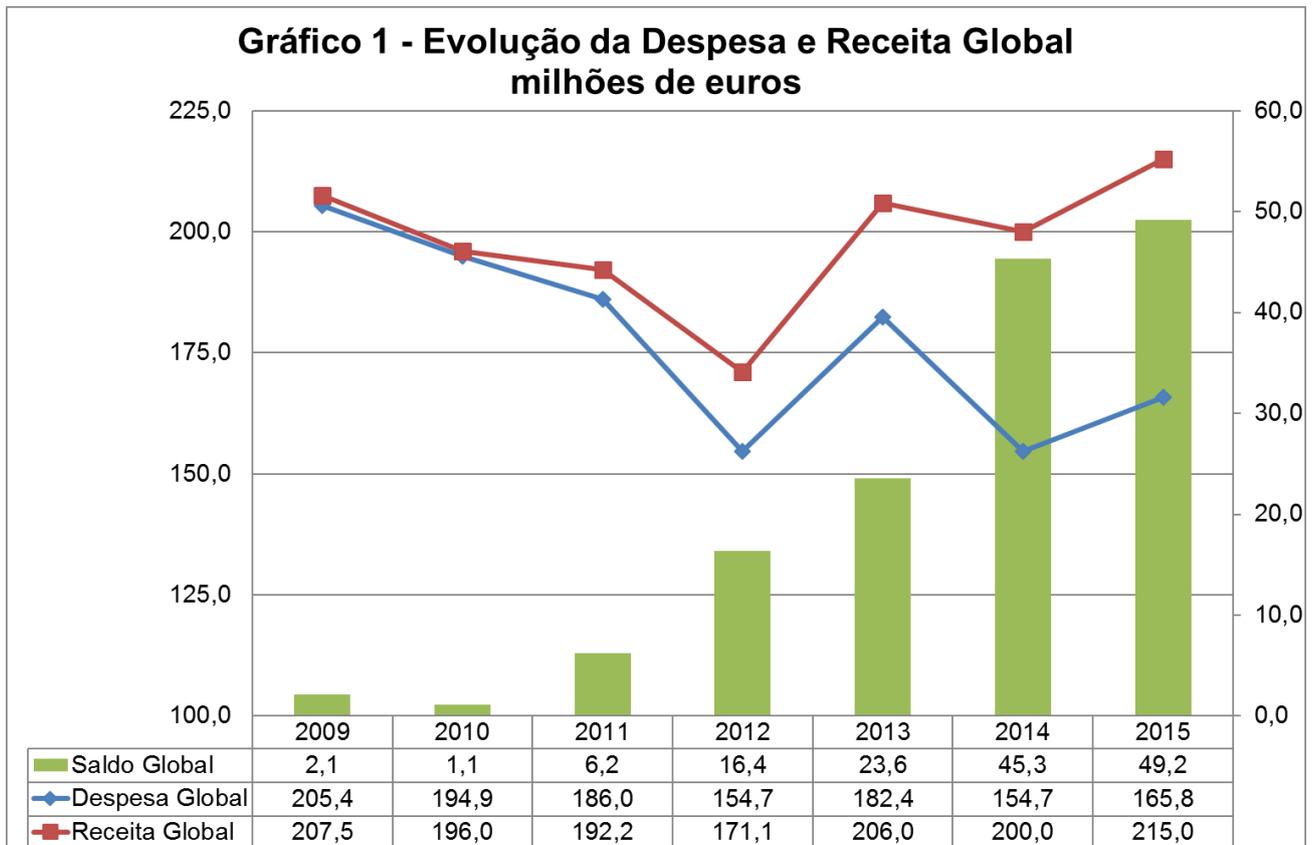
Quadro 1 - Execução e Desvios Orçamentais

Despesa	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Execução orçamental, % Orçamento Final	86,5%	87,3%	79,0%	86,9%	76,7%	78,7%
Desvio Orçamental, milhões de euros	-30,4	-27,1	-41,2	-27,5	-47,1	-44,8

Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Despesa por classificação económica»

Os desvios orçamentais entre 2010 e 2015, totalizam menos 218,1 milhões de euros (já incluindo as modificações orçamentais realizadas), um valor superior à despesa orçada em 2015. Se tivermos em conta, que a despesa paga média deste período foi de 173,1 o que significa que nos últimos seis orçamentos aprovados, quase um e meio não foi na prática executada. É de apontar que ao nível dos objetivos estratégicos, foi o da Economia e Emprego (13,8%), o do Urbanismo e Reabilitação Urbana (27,8%) e o da Coesão Social (63,3%), que apresentaram as piores taxas de execução orçamental.

**Gráfico 1 - Evolução da Despesa e Receita Global
milhões de euros**



Esta política geradora de excedentes crescentes, que se alimentam de ano para ano, pode ser visualizada no Gráfico 1. O valor deste excedente atingiu os 49,2 milhões de euros em 2015, 3 vezes superior ao registado em 2012.

É verdade que a poupança corrente gera margem para investimento e redução do endividamento. Mas a realidade, tendo em conta o saldo de gestão, é que até a despesa de capital tem vindo a gerar poupanças. A questão central é que o orçamento municipal é uma resposta de política pública ao nível local. Se manter as contas equilibradas faz sentido, a política pública não foi feita para gerar «lucros», uma vez que o pressuposto da receita cobrada é ser traduzida em benefício das populações e do desenvolvimento local, nomeadamente como já foi afirmado, investindo, reforçando os serviços públicos e aliviando a carga fiscal.

É de salientar que a carga fiscal sobre os portuenses em 2015 continuou a níveis elevados. O peso das receitas fiscais nas receitas correntes ascendeu a 64,5% em 2015. O excedente, também não foi utilizado nos últimos anos para alavancar o investimento municipal, antes pelo contrário, o investimento municipal tem vindo a reduzir-se de forma progressiva, atingindo em 2014 um dos valores mais baixos de sempre, mesmo expurgados os efeitos do acordo do Parque da Cidade (ver Quadro 2). Apesar do aumento registado em 2015 (44,4%), a verdade é que este valor de investimento continua a ser um dos mais baixos dos últimos anos e insuficiente para dar resposta as necessidades existentes. Se recuarmos a 2009, verificamos que a diferença atinge 24 milhões de euros, menos 55,6%, face ao volume de investimento então registado. Mas

também aqui importa salientar, que o montante de investimento inscrito no orçamento era de 33,2 milhões de euros, passando a 34,5 milhões depois das modificações orçamentais ocorridas, o que significa uma taxa de execução do investimento municipal de 55,4%. Mais, o contributo das receitas próprias para o financiamento deste investimento caiu 2,1 milhões de euros, tendo o remanescente sido financiado quase em partes iguais pela utilização do overbooking do QREN e da utilização do empréstimo do IHRU, no quadro do programa Reabilitar para Arrendar.

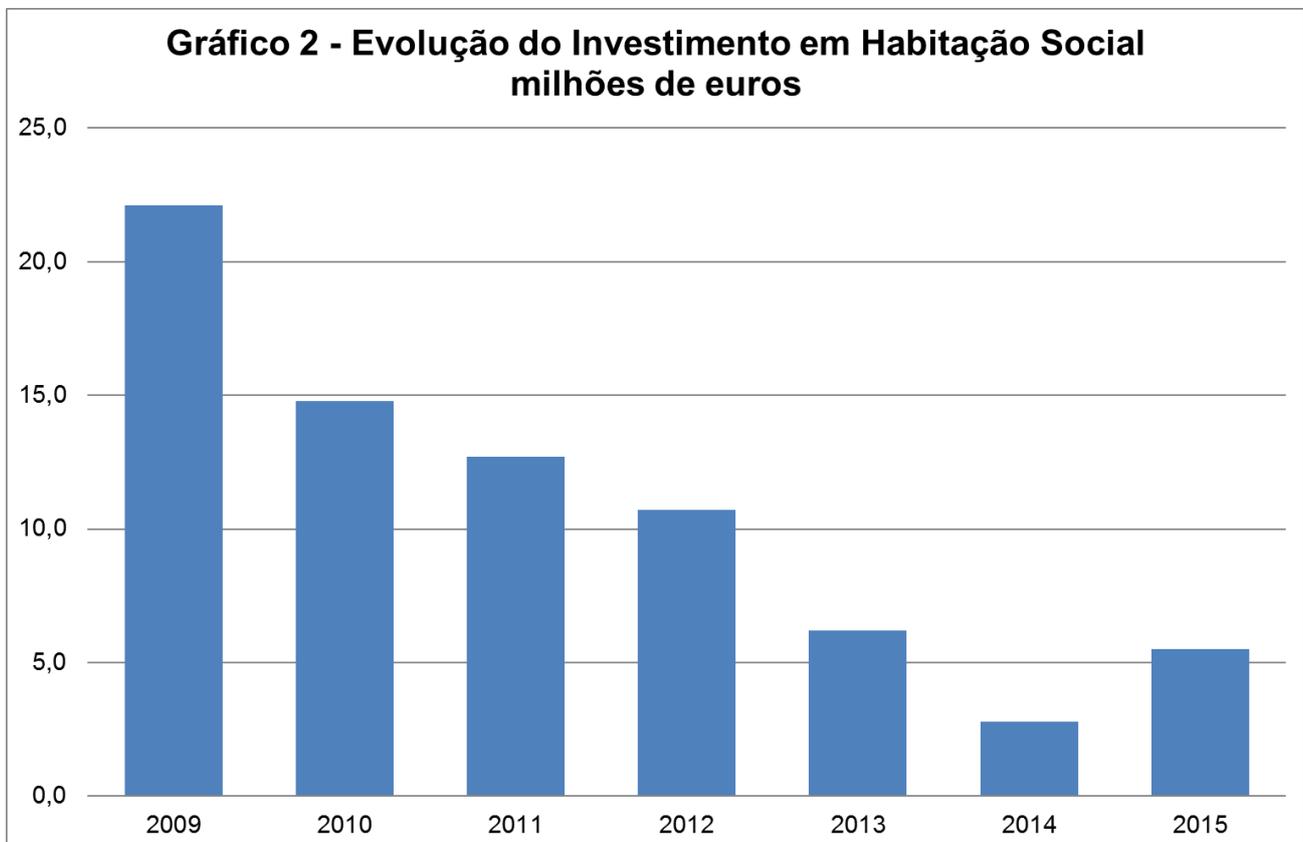
Quadro 2 - Investimento Municipal, milhões de euros

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Diferença			
								2015-2014		2015-2009	
Investimento Global	43,2	37,0	38,9	25,5	22,3	13,3	19,2	5,9	44,4%	-24,0	-55,6%
Habitação Social	22,1	14,8	12,7	10,7	6,2	2,8	5,5	2,7	96,4%	-16,6	-75,1%
Instalações	9,9	10,2	11,1	5,1	4,1	2,7	4,2	1,5	55,6%	-5,7	-57,6%
Construções Diversas	7,3	6,8	11,7	4,6	7,5	5,1	4,9	-0,2	-3,9%	4,9	-32,9%

Nota: O investimento global em 2010 e 2013 está expurgado do impacto do acordo do Parque da Cidade - 2ª fase

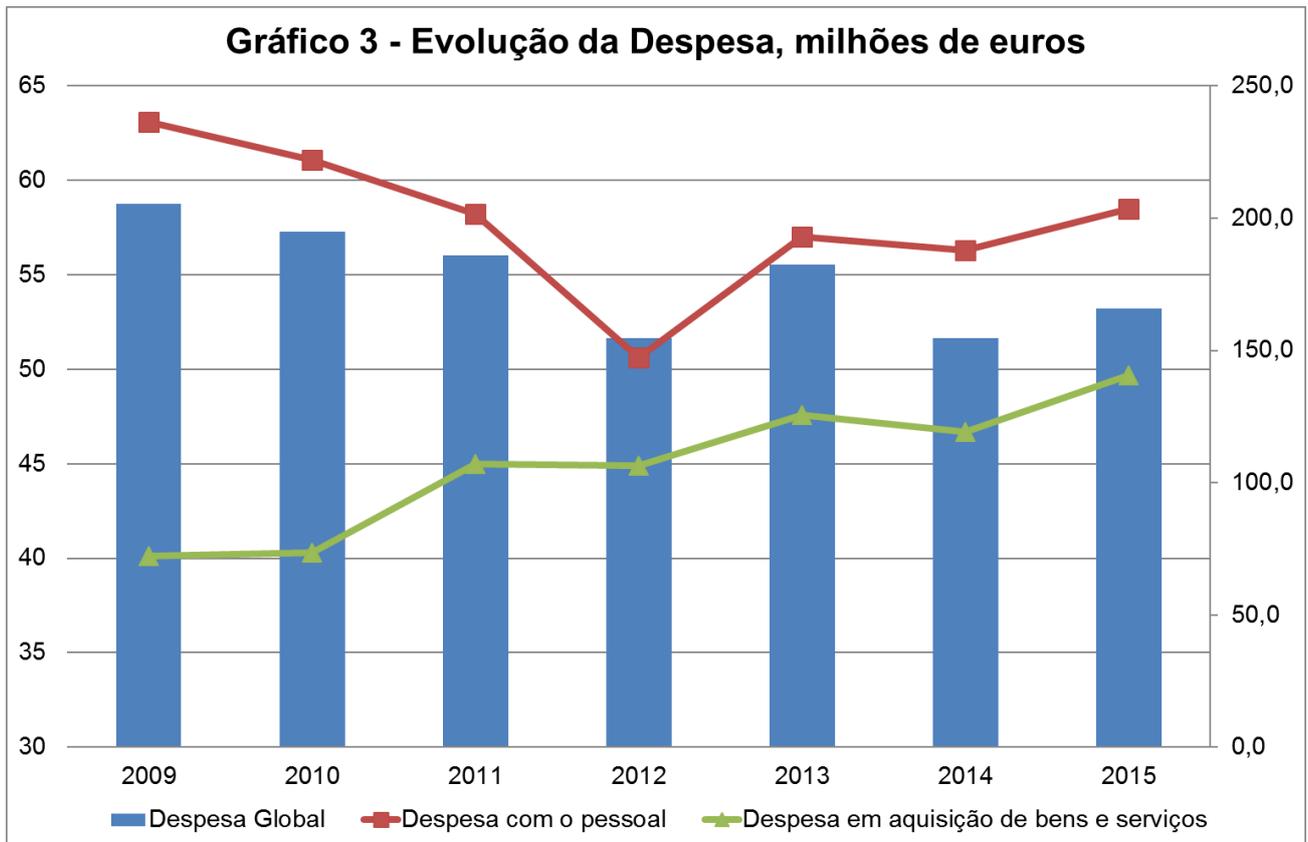
Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Evolução das despesas de investimento total»

O que foi dito para o investimento ao nível global é particularmente mais acutilante para o investimento na requalificação dos bairros municipais, onde o valor executado em 2015 fica bastante aquém dos 9,3 milhões de euros orçados e do que foi executado nos últimos anos, sendo 2014 um ano de exceção, com um dos mais baixos níveis de investimento registados (ver Gráfico 2 e Quadro 2).



Uma outra rubrica, importante, ao nível da manutenção do serviço público e da resposta municipal, é o número de trabalhadores municipais. Apesar do número global ter crescido em termos líquidos, mais 204 trabalhadores face a 2014, o relatório não fornece informação suficiente sobre o impacto real se expurgássemos das contas os trabalhadores que reingressaram das concessionárias da limpeza urbana, dos que foram integrados da Fundação Porto Social e dos que foram contratados temporariamente relativos ao enriquecimento curricular. Também não fornece informação sobre o número de trabalhadores de facto abrangidos pelos programas CEI+, que mostram as necessidades reais de serviço. As contas efetuadas relativas a 2014 são que se teria registado uma redução de 73 trabalhadores face a 2013, ou seja, de 2,9%, bastante acima, do limite orçamental imposto de redução de 2% do número de trabalhadores municipais, confirmando a tendência de redução que se registou anualmente até então. Contudo, este reingresso, particularmente no caso da limpeza urbana foi claramente desperdiçado para internalizar estes serviços.

Até 2013, a tendência foi para a redução das despesas com o pessoal, para a qual os Orçamentos de Estado deram um importante «contributo», desde então entre as decisões do Tribunal Constitucional e a restituição de 20% dos salários, as despesas com o pessoal têm tido um aumento, apesar de ficarem aquém do que se registou no passado (ver Gráfico 3). Por outro lado, a rubrica de aquisição de bens e serviços tem tido uma tendência de crescimento, representando em 2015 30% da despesa total, tendo esta rubrica tido um aumento de 6,4%. Esta linha tendencial mostra bem a política de substituir o serviço prestado por trabalhadores municipais, pela externalização e concessão de serviços a privados, sem se notar globalmente alguma poupança ao erário público, antes pelo contrário. Face a 2009, esta rubrica conta com mais 9,6 milhões de euros (mais quase 24%), enquanto as despesas com o pessoal registaram uma redução de 4,6 milhões de euros. Aqui com um importante contributo da concessão da limpeza urbana.



Infelizmente, não conseguimos medir o aumento da componente de serviços e das despesas com a concessão da limpeza, uma vez que o relatório de gestão de 2015, pela segunda vez, deixa de fora os mapas relativos à execução das grandes opções do plano. Mas, em conferência de imprensa a 29 de Outubro de 2015, a CDU, com os elementos que possuía, alertou que a despesa global da concessão da limpeza até ao seu término, tendo em conta as previsões orçamentais de 2015 e de 2016, poderá ascender a mais 26,6 milhões de euros do que inicialmente previsto e a mais 19,1 milhões de euros face ao adjudicado, o que mostra como foi ruinoso este negócio para a cidade e como seria importante, também aqui, (re)municipalizar este serviço público, mas a atual coligação que governa a cidade decidiu «alargar» o negócio.

Gostaríamos ainda de salientar, que o movimento associativo não tem qualquer referência neste relatório de gestão, com a exceção do que é referenciado para o movimento associativo juvenil, situação que é de lamentar e que mostra a inexistência de uma verdadeira política municipal neste domínio. A CDU volta a reclamar a necessidade de um programa municipal integrado de apoio ao movimento associativo popular.

Gostaríamos ainda de salientar a contínua deterioração do valor de mercado dos fundos imobiliários em que a Câmara participa (Porto Novo, Porto D'Ouro e Invesurb, encontrando-se o Porto Novo em liquidação e o Invesurb com um novo acionista), que se volta a registar em 2015, com perdas potenciais superiores a 870 mil euros (4% superiores as registadas em 2014, 620 mil euros). Mais uma lição para o futuro que parece não estar a ser tirada.

As contas de 2014 mostram novamente e claramente as opções de uma política municipal que continuou a acentuar a austeridade. Ao contrário do que é apregoado existia (e existe) a possibilidade de com os recursos financeiros que há fazer mais e melhor no sentido de contrariar a situação económica e social e de avançar de forma cabal para a resolução dos problemas estruturais da cidade, que podiam melhorar as condições de vida da população, nomeadamente no Porto escondido das grandes avenidas e da propaganda institucional.

O Relatório de Gestão de 2015 confirma as denúncias da CDU aquando da aprovação do Orçamento de 2015 pela atual coligação Rui Moreira/CDS/PS, de continuidade com as políticas que tinham vindo a ser seguidas anteriormente. As contas que hoje conhecemos mostram claramente que existe margem para fazer uma política diferente e reforçar o investimento municipal.

É cada vez mais necessária uma rutura com as políticas de direita que têm vindo a governar a cidade, pela afirmação de uma política alternativa e uma alternativa política de esquerda, que utilize todos os recursos do município em prol do desenvolvimento económico e social da cidade. Os portuenses sabem que podem contar com a CDU.

Porto 18 de abril de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto

Participam na conferência de imprensa os eleitos municipais Artur Ribeiro, Honório Novo e Pedro Carvalho.